O MOVIMENTO FEMINISTA: DIFERENTES FRENTES, UM OBJETIVO: A LIBERDADE PARA TODAS AS MULHERES

ROSÂNGELA GOMES DOS SANTOS

RESUMO
Este artigo tem por finalidade levar a discussão um tema relevante e de suma importância de se ampliar que é o conhecimento sobre o movimento feminista para combater distorções históricas e preconceitos. O estudo investiga o percurso histórico do feminismo, destacando que a busca por igualdade de direitos e oportunidades econômicas permanece uma pauta latente. Utilizando o método de levantamento de dados e análise bibliográfica, o trabalho busca esclarecer a natureza do movimento e identificar os temas emergentes na luta das mulheres contemporâneas. Conclui-se que o fortalecimento desse debate é essencial para garantir o respeito à autonomia feminina e a inserção igualitária no mercado de trabalho. O método utilizado foi o de investigação e levantamento de dados, para a elaboração de hipótese e compreensão de novos conhecimentos esmiuçados na elaboração, análise e conclusão deste artigo. Como esclarecer o que é o movimento feminista? Quais os temas abordados anteriormente e hoje na luta das mulheres? Com o intuito de trazer elementos importantes que possibilitem o entendimento do movimento, que se volte às questões que são emergentes na vida das mulheres que clamam pelo respeito aos seus corpos e suas decisões, acesso à profissionalização e ao mercado de trabalho de forma igualitária.

PALAVRA-CHAVE: Feminismo; Feminismo no Brasil; História do Feminismo

ABSTRACT
This article aims to discuss a relevant and crucial topic to broaden knowledge about the feminist movement and combat historical distortions and prejudices. The study investigates the historical trajectory of feminism, highlighting that the pursuit of equal rights and economic opportunities remains a latent issue. Using data collection and bibliographic analysis, the work seeks to clarify the nature of the movement and identify emerging themes in the struggle of contemporary women. It concludes that strengthening this debate is essential to guarantee respect for female autonomy and equal inclusion in the labor market. The method used was investigation and data collection, for the elaboration of hypotheses and understanding of new knowledge detailed in the elaboration, analysis, and conclusion of this article. How can we clarify what the feminist movement is? What themes are addressed today in the struggle of women? The intention is to bring important elements that enable an understanding of the importance of a society that addresses the emerging issues in the lives of women who demand respect for their bodies and decisions, and equal access to professional training and the labor market.

KEYWORDS: Feminism; Feminism in Brazil; History of Feminism

INTRODUÇÃO

Embora o pensamento feminista tenha raízes de pelo menos dois séculos, sua organização como movimento social é mais recente. Comparado ao longo desenvolvimento da sociedade, o feminismo é um tema extremamente novo na história da humanidade. Há cada época a sociedade foi se transformando conforme os assuntos emergentes de cada atualidade. É intrigante como essa pauta demorou tanto para ganhar força. Durante séculos, a estrutura patriarcal blindou os homens de qualquer questionamento, simplesmente porque o debate era proibido. O papel da mulher foi sistematicamente reduzido ao plano secundário, tratada apenas como servidora e limitada à procriação, função na qual, ironicamente, ainda era considerada descartável. Sem espaço para o contraditório, a mudança tornou-se impossível por gerações. Embora a sociedade moderna tenha avançado na conquista de direitos para as mulheres, ainda há um longo percurso a ser percorrido para alcançarmos a igualdade plena, para que haja uma equiparação histórica e real. Durante a revolução francesa as mulheres ajudaram na luta em busca de direitos e a sua participação colaborou muito no processo de conquistas, porém elas não foram beneficiadas com nada, e foi

assim que perceberam que teriam que lutar juntas e sozinhas. As mulheres tiveram uma participação política ativa para que houvesse um olhar para a causa de forma individual e de forma coletiva, buscaram condições melhores para a vida, para o seu lugar de direito e deveres dentro da sociedade. Ao longo da trajetória do movimento feminista, as mulheres passaram a se conscientizar sobre a desigualdade em relação aos homens. Elas perceberam que a dominação patriarcal é uma imposição estrutural, muitas vezes aceita e naturalizada pela sociedade em geral. A desigualdade política e de direitos é percebida e daí elas se dão conta da necessidade de lutar para uma participação igualitária no meio onde estão inseridas. Historicamente, o primeiro movimento a ganhar real peso social foi o das sufragistas, que conquistaram o direito ao voto após décadas de resistência. Contudo, essa vitória abriu caminho para novas demandas, à medida que as mulheres passaram a questionar outras limitações impostas pela sociedade e o desrespeito sistêmico que ainda enfrentavam em sua participação pública e privada. Um outro movimento começou após a conquista do direito ao voto que perdurou até o final dos anos 80, que reivindicava o direito ao trabalho, aos direitos reprodutivos, o fim a violência doméstica e a retirando do olhar sobre a mulher que servia apenas para os cuidados domésticos. A partir dos anos 90 inicia um novo olhar sobre o movimento feminista que buscava incluir as mulheres negras, lésbicas, pobres de diversos contextos de vida como indivíduos potentes e ativos na sociedade e se fazendo entender que viveram de maneira invisibilizadas até então. A partir de 2010, o movimento ganhou um novo fôlego com o ativismo digital, que levou a luta para as redes sociais. Nesse período, a pauta expandiu-se para a valorização do trabalho feminino e a busca incessante por justiça. O combate ao assédio, à violência sexual, à misoginia e ao sexismo tornou-se central, fortalecido pelo conceito de sororidade a união e o apoio mútuo entre as mulheres. Desde 2013, vivemos um período de novos e velhos desafios. Embora as mulheres tenham ocupado espaços nunca antes alcançados, muitas permanecem como exceções, sendo as únicas em seus setores. Na política, por exemplo, a representatividade feminina ainda é desproporcionalmente baixa em comparação à masculina. Essa desigualdade se reflete também no mercado de trabalho: mesmo quando conquistam cargos de alta patente, as mulheres frequentemente recebem salários inferiores aos de homens na mesma função. Essa fase atual é marcada pelo ativismo digital, onde movimentos que circulam nas redes sociais alcançam públicos imensos, gerando tanto apoio quanto condenação. Essa polarização ocorre, muitas vezes, pela falta de compreensão real sobre as pautas feministas globais, o que acaba gerando interpretações distorcidas sobre suas verdadeiras reivindicações.

A HISTÓRIA DO FEMINISMO

Ao longo deste documento, fica evidente que, como em todo processo histórico, existem marcos cruciais que definem a trajetória do feminismo. Pontuar esses momentos é fundamental para compreender como o movimento evoluiu e quais transformações ele consolidou na sociedade. Ao analisar a trajetória da luta feminina, observa-se que o movimento enfrenta ciclos de resistência que buscam desidratar suas causas e fragmentar sua organização. Esse fenômeno não é um enfraquecimento natural, mas um apagamento proposital das pautas feministas. O sistema patriarcal opera para se manter hegemônico, utilizando o silenciamento e a deslegitimação das conquistas das mulheres como ferramentas para preservar as estruturas de poder tradicionais. Suas ações visam a distorção dos seus reais objetivos fazendo com que ocorra uma avaliação errônea sobre seus reais interesses, percebesse que até as pessoas que mais seriam beneficiadas com as conquistas jogam contra, ou seja, as próprias mulheres defendem a hegemonia masculina, infelizmente muitas vezes pautadas em uma suposta superioridade do homem através da religião ou mesmo pelas condições genéticas, onde a biologia masculina é dita como a mais forte. Usasse a religião como aliada a seus pré julgamentos, afirmando que há mulher está em lugar de submissão ao homem, apontando a elas a culpa pelo pecado e os males da vida, dessa forma podem ser punidas e usadas ao prazer do homem. Existe também uma falsa propagação de que as mulheres

não buscam igualdade e sim, a superioridade, fazendo que aumente ainda mais a rivalidade entre os gêneros. Historicamente, a religião tem sido utilizada como ferramenta de legitimação de preconceitos, fundamentando a ideia de que a mulher deve ocupar um lugar de subordinação ao homem. Ao atribuir a elas a culpa pelo pecado original e, consequentemente, pelos males do mundo, essas interpretações dogmáticas justificam punições e a objetificação feminina em favor do prazer e da conveniência masculina. Esse mecanismo de controle moral serve para manter a estrutura patriarcal inquestionável. Essas justificativas encontram respaldo inclusive em grande parte das mulheres, que, educadas sob uma estrutura patriarcal e machista, acabam reproduzindo e defendendo o sistema que visa manter os privilégios masculinos. Quando observarmos a trajetória do movimento feminista a luta pela igualdade de direitos, a busca por oportunidade que possa mudar a realidade das mulheres, percebemos que ainda estão longe de avançar em seus propósitos, pois a sociedade está num emaranhado de pré julgamentos, de preconceitos, e de conceitos que parecem não ter solução, principalmente quando verificamos o aumento do feminicídio em todo o mundo e especialmente no Brasil. O movimento do feminismo teve suas raízes no iluminismo, ou seja, mesmo antes de ganhar forças e notoriedade as mulheres já questionavam a liberdade e igualdade. Porém o movimento só ganhou popularidade em sua trajetória após a revolução francesa, porque as mulheres se juntaram aos homens na luta contra o feudalismo, em busca de diversos direitos principalmente à cidadania e ao sufrágio. Um dos pontos mais críticos na historiografia das lutas sociais é a constatação de que, frequentemente, as mulheres estiveram na linha de frente de revoluções e movimentos por direitos civis, mas foram sistematicamente excluídas dos benefícios alcançados. Como aponta Carole Pateman em sua obra O Contrato Sexual, a construção da cidadania moderna foi baseada em um pacto entre homens que, ao conquistarem direitos, mantiveram as mulheres sob uma subordinação privada, privando-as de garantias que melhorassem efetivamente suas condições de vida. Apesar dessa exclusão inicial, o processo foi pedagógico: ao perceberem que o sucesso do coletivo não se traduzia em avanços individuais, as mulheres passaram a articular suas próprias temáticas. Esse despertar transformou a percepção da mulher de 'servidora' para 'sujeito de direitos', levando para a esfera pública debates sobre autonomia e dignidade humana. O marco inaugural dessa organização política foi o Movimento Sufragista, no qual as mulheres pleitearam a quebra do monopólio masculino sobre a representação política, exigindo o direito fundamental de escolher quem as governaria. Esse movimento expandiu o envolvimento político das mulheres e iniciou-se em busca de obterem a igualdade política e jurídica, se organizaram em protestos, passeatas e abaixo assinados para que tivessem apoio de mais mulheres e de toda a sociedade. Os movimentos das sufragistas se iniciaram por mulheres brancas e privilegiadas que queriam ter o direito ao voto, as ações começaram em vários países, mas foi na Inglaterra que em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se na frente do cavalo do Rei em prol da causa, mas acabou perdendo a vida. Após essa tragédia Emily passou a ser vista como um símbolo das lutas das mulheres, seu sacrifício trouxe visibilidade às reivindicações feministas. Mas infelizmente milhares de mulheres perderam a vida durante a trajetória da luta das mulheres que até os dias atuais ainda são subjugadas e tratadas de forma desumana pela sociedade patriarcal e machista. A compreensão dessa trajetória culmina na percepção de que o feminismo não é apenas uma reação isolada, mas um processo profundo de politização da identidade feminina. Como define Garcia (2011), o feminismo pode ser compreendido como a tomada de consciência das mulheres enquanto coletivo humano. É o reconhecimento da opressão, dominação e exploração que sofreram e ainda sofrem por parte do coletivo de homens dentro da estrutura patriarcal e suas diversas fases históricas. Essa consciência é o que move as mulheres em busca da liberdade de seu sexo e das transformações sociais necessárias para alcançar a igualdade plena. Para esse despertar da mulher em prol

de uma sociedade estruturada em justiça e liberdade, para as pessoas independente de qual o seu gênero, é um processo que está levando mais de um século, pois a opressão em cima das pessoas que acredita na igualdade de gênero é pautada em religiosidade e no conservadorismo. Combater dogmas religiosos arraigados é uma tarefa árdua, especialmente quando estes são utilizados para justificar a desigualdade. No entanto, é fundamental reiterar que, em um Estado laico, a religião não deve exercer poder sobre as instituições ou sobre o ordenamento jurídico. O conservadorismo, nesse contexto, atua como uma ferramenta para manter os privilégios masculinos, independentemente da posição social ou econômica do indivíduo. Como bem pontua Garcia (2011, p. 13), dentro dessa estrutura, qualquer homem, independentemente de seu status ou riqueza, é posicionado acima das mulheres, perpetuando uma hierarquia de gênero que resiste às transformações sociais. O feminismo surge através da perspectiva de inferioridade que o androcentrismo traz para a vida da mulher, os papéis distintos que as mulheres possuem dificulta o seu desenvolvimento humano pleno, dessa forma levantam-se um movimento que busca modificar esse cenário. Neste ponto Garcia é claro e objetivo em sua definição de que as mulheres não podendo ocupar os espaços na sociedade tem o seu desenvolvimento incompleto e é oferecido a elas sempre papéis de inferioridade perante os homens, tendo vista que as mulheres precisam ocupar todos os espaços econômicos, intelectuais e políticos na sociedade, o feminismo nasce na necessidade de esse acordar e ocupar o mesmo patamar que os homens. Diante do cenário que está inserida as mulheres, começam as ações das sufragistas que se organizaram buscando alcançar mais apoiadoras, que também desejavam que tivessem igualdade perante aos homens. Outros movimentos do sufrágio feministas aconteceram por todo o mundo, a Nova Zelândia (1893) foi o primeiro país a garantir o sufrágio feminino, liderado por Kate Shepard. Na Europa a primeira a garantir o voto feminino foi a Finlândia (1906), seguida pelo Reino Unido (1918/1928) depois a Alemanha (1918), França (1944) e Suíça (1971). Já na América Latina, o Equador foi o primeiro (1929), e em seguida o Brasil (1932) para depois a Argentina (1947). Mesmo após anos que as mulheres passaram a ter o direito ao voto, ainda lutam para fazerem parte das decisões dos Estados e ocuparem cargos de decisões. Outras lutas continuam, seja para que possam ter acesso às universidades, que quando formadas possam garantir acesso ao mercado de trabalho ou ter a mesma remuneração que um homem. Desde o primeiro movimento que foi das sufragistas as pautas só aumentaram e as vertentes começaram a se tornarem necessárias, pois se trata de um movimento plural que não se desenha de maneira linear. Ao longo das décadas, conquistas fundamentais como o direito ao voto e ao divórcio alteraram o panorama jurídico, mas a liberdade de separação revelou uma faceta brutal da estrutura patriarcal: o aumento dos índices de feminicídio. Esse fenômeno ocorre porque, na mentalidade possessiva herdada do patriarcado, o homem enxerga a companheira como um objeto de sua propriedade. Historicamente, os homens são socializados sob uma masculinidade tóxica que interpreta a rejeição como uma afronta à sua honra, difundindo a ideia perigosa de que o extermínio da vida da mulher é preferível ao fim do domínio sobre ela. O patriarcado é sustentado por uma sociedade machista que ampara a ideia que o ser humano do gênero masculino, tem o direito de domínio sobre gênero feminino apenas pela sua genética e é sustentado por uma corrente que é protegida pela religião majoritária no mundo que é o cristianismo, não que seja diferente na maioria das religiões. A sociedade vem passando por mudanças significativas, especialmente após a Revolução Francesa. Contudo, as lutas feministas pela legitimidade de ser dona do próprio corpo e de suas escolhas ainda enfrentam barreiras profundas, evidenciando que esses direitos básicos ainda não foram plenamente adquiridos por todas. As pautas feministas são frequentemente distorcidas por narrativas superficiais que visam deslegitimar o movimento, reduzindo lutas estruturais a exemplos caricatos, como a busca por uma pretensa libertinagem ou a inversão da dominação. Essa manipulação serve aos interesses de uma elite política e social que, há

séculos, concentra o poder e molda as leis para preservar seus próprios privilégios. Assim, a sociedade segue regida por normas que não visam o bem comum, mas a manutenção do status quo. Através do uso estratégico de dogmas religiosos e de uma falsa percepção de liberdade democrática, esse grupo mantém o controle social, ditando moralidades e cerceando direitos sob o pretexto de proteger a ordem estabelecida. Dessa forma, quando determinados grupos se levantam em busca de que seus interesses sejam atendidos, não são processos rápidos, são processos que têm um percurso longínquo e assim está sendo a luta das mulheres em prol de ter seus direitos alcançados. Para que possamos simplificar a trajetória das feministas até aqui é importante falar sobre as quatro ondas do feminismo que foi nomeado “onda” em 1968 pela Jornalista Martha Weinmann
Lear em um artigo do jornal New York Times, onde se referia a segunda onda feminista. Com essa denominação ela dizia que havia acontecido a primeira onda e na época, se iniciava a segunda com outras questões. A primeira onda está relacionada a luta das sufragistas onde as mulheres queriam o direito ao voto que durou algumas décadas pelo mundo, a segunda onda que iniciou 1963 tinha como base a liberdade do controle a natalidade e ao aborto, igualdade no trabalho, e direito a educação. A terceira onda é focada na questão da interseccionalidade, que é focado na experiência baseada em raça, nacionalidade, sexualidade e classe. Também nessa mesma onda a defesa do empoderamento feminino e na liberdade sexual. Todos esses marcos impulsionam a última onda, que ocorre a partir de 2013 e perdura até os dias de hoje. Esta fase é regida por um olhar diferenciado, mas que unifica todas as outras anteriores (MATOS, 2014). As seguintes características são atribuídas à quarta onda: 1. o alargamento da concepção de direitos humanos, abarcando sexo, gênero, cor, raça, sexualidade, idade, geração, classe social, etc.; 2. a ampliação e diversificação da base das mobilizações sociais e políticas; 3. o foco no sidestreaming feminista, ou seja, na perspectiva que reforça a discriminação de gênero, mas vai além dela; 4. o foco no mainstreaming feminista, pelo qual ganham visibilidade e destaque as novas formas de relação com o Estado e com suas muitas instituições; 5. A nova forma teórica - transversal e interseccional; 6. uma retomada e uma aproximação entre o pensamento, a teoria e os movimentos feministas (MATOS, 2014). "A quarta onda manifesta-se visivelmente nas redes sociais, onde o debate se expande de formas positivas e negativas. Embora a informação alcance um público vasto, a falta de aprofundamento impede que esse conteúdo se transforme, de fato, em conhecimento. Nesse cenário, o impacto de fake news pode ser devastador, distorcendo o real objetivo do movimento feminista na mente daqueles que não buscam compreender suas pautas a fundo."

AS PRINCIPAIS DISCUSSÕES AO LONGO DOS TEMPOS
O feminismo não foi consolidado através de um histórico linear, ele geralmente é citado como as quatro ondas do feminismo, onde foi descrito de maneira que em cada momento histórico contou para as suas reivindicações mudarem. A sua percepção na sociedade tem suas causas não legitimadas, principalmente, por ter um pré julgamento sobre as causas que defende e é necessário um investimento muito grande para que ocorra uma modificação sobre seu entendimento.
A base do feminismo é alcançar a igualdade de direitos e a luta contra as manifestações de machismo na sociedade, e assim, construir uma sociedade com igualdade de condições entre os gêneros (Alves, Pitanguy;1985). Para que possam conseguir, é necessário ter acesso à educação e paridade no casamento, modificando estruturalmente o modelo de sociedade existente. De acordo com as pesquisas realizadas é indispensável que haja um olhar para os momentos decisivos que ocorram desde as primeiras manifestações que potencializaram o movimento feminista. O conceito de ondas, permite identificar os diferentes ciclos de mobilização social, as pautas prioritárias de cada época e as transformações nas estruturas de poder entre homens e mulheres desde o século XIX até a era digital. Na Primeira Onda: Cidadania e Sufrágio (1848 – 1930) A primeira onda fundamenta-se na conquista de direitos jurídicos básicos. O marco inicial

é frequentemente associado à Convenção de Seneca Falls, foi a primeira conferência sobre direitos das mulheres nos EUA, organizada por Elizabeth Cady. Foi fundamental para estabelecer a base da cidadania moderna. Ao garantir o status jurídico de "pessoa" e "cidadã" para a mulher, ela abriu caminho para que as gerações seguintes pudessem questionar as estruturas sociais e culturais mais profundas que sustentam a desigualdade de gênero. No Brasil, o movimento ganhou força com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz. A principal vitória deste período foi o direito ao voto, garantido no Brasil em 1932, estabelecendo a mulher como sujeito de direitos políticos. Já a segunda onda é marcada por reivindicações ligadas a Libertação e Esfera Privada (1960 – 1980) Influenciada pelas teorias de Simone de Beauvoir, esta fase deslocou o debate da lei para o cotidiano. O lema "o pessoal é político" resumiu a luta contra o patriarcado dentro do lar. No Brasil, o movimento foi um importante aliado na luta contra a Ditadura Militar, culminando no "Lobby do Batom" durante a Constituinte de 1988, que garantiu a igualdade constitucional entre os sexos. Com a chegada da pílula anticoncepcional, o debate sobre o corpo explodiu. A luta passou a ser pelo controle da própria fertilidade e pela separação entre sexo e reprodução. Foi nesse período que o direito ao aborto e o combate à cultura do estupro ganharam força institucional. Betty Friedan, com o livro A Mística Feminina (1963), deu nome ao "problema que não tem nome": a insatisfação profunda das mulheres de classe média confinadas ao papel de donas de casa. O movimento denunciou que o trabalho doméstico não remunerado era a base que sustentava a economia, mas que escravizava a mulher no lar. Neste movimento se estabeleceu as bases fundamentais para as teorias feministas contemporâneas e para a legislação moderna sobre direitos humanos e reprodutivos. Já na terceira onda a Interseccionalidade e Diversidade (1990 – 2010). A terceira onda rompeu com a ideia de uma "identidade feminina única". O conceito de interseccionalidade, de Kimberlé Crenshaw, tornou-se central para entender que o gênero não pode ser separado de raça e classe. Intelectuais brasileiras como Lélia Gonzalez foram cruciais para denunciar que o feminismo hegemônico muitas vezes ignorava as particularidades das mulheres negras e indígenas. O feminismo passou por uma metamorfose profunda. Se as ondas anteriores focaram em direitos civis e liberdades individuais a partir de uma perspectiva majoritariamente branca e de classe média, a Terceira Onda surgiu para implodir a ideia de uma "mulher universal", ensinou que o feminismo só é verdadeiramente libertador quando é inclusivo. Ao reconhecer que "não existe luta de uma única questão, porque não vivemos vidas de uma única questão" (LORDE, 2020, p. 165). o movimento deixou de ser um monólogo para se tornar um diálogo multifacetado sobre justiça social, precisamos ser plurais. A Quarta Onda do feminismo surge em um contexto de hiperconectividade. Diferente das ondas anteriores, sua gênese está atrelada ao uso de redes sociais (Twitter, Instagram, Facebook) como espaços de mobilização e conscientização. O movimento não é apenas uma continuação da Terceira Onda, mas uma evolução que utiliza a agilidade do "ciberativismo" para pautar o debate público e pressionar por mudanças legislativas e corporativas. A Quarta Onda coloca o corpo feminino no centro do debate político, combatendo a "cultura do estupro" — termo que descreve a normalização da violência sexual. A justiça sistêmica é buscada através de: Reformas Legais: Endurecimento de penas e criação de leis contra a importunação sexual. Equidade Salarial: A denúncia da disparidade de vencimentos entre gêneros, com foco na transparência corporativa. Representatividade: A pressão por mulheres em cargos de decisão e na política institucional. Diferente de vertentes anteriores que focavam predominantemente na mulher branca e de classe média, a Quarta Onda é intrinsecamente interseccional. Reconhece-se que as opressões de gênero não podem ser separadas de raça, classe e orientação sexual. No Brasil, o protagonismo das mulheres negras é fundamental para entender a justiça sistêmica, uma vez que as estatísticas de violência e desigualdade as atingem de forma desproporcional. A análise das quatro ondas revela que o feminismo é um movimento acumulativo. As pautas da primeira onda (voto) não foram substituídas, mas serviram de

base para as discussões sobre autonomia corporal (segunda onda), identidade (terceira) e segurança digital (quarta). O desafio contemporâneo reside na aplicação prática da interseccionalidade para que o progresso alcance mulheres de todas as realidades sociais.

O FEMINISMO NO BRASIL

O feminismo no Brasil não surgiu como um evento isolado, mas como um processo gradual de conscientização que lançou suas primeiras sementes ainda no século XIX. Naquele período, a atuação feminina era restrita ao ambiente doméstico, e as poucas vozes que se levantavam buscavam, prioritariamente, o acesso à educação e à instrução formal. Conforme o país avançava para o século XX, a pauta da igualdade ganhou contornos políticos mais nítidos. Liderado por mulheres da elite urbana e intelectualizada, como Bertha Lutz, o movimento focava na conquista do sufrágio sem necessariamente questionar as bases da estrutura patriarcal ou as hierarquias de classe. Para essas pioneiras, o argumento era central: sem o direito de votar e ser votada, a mulher permanecia em uma condição de 'menor de idade' perante o Estado, excluída da elaboração das leis que regiam sua própria existência. O movimento feminista tem várias vertentes que foram surgindo na sua trajetória, porém praticamente nenhuma delas foi realmente tirada de pauta, pois ainda lutam para terem voz ne esfera política onde a quantidade de mulher a ocupar espaço nesse meio ainda é muito irrisório comparada aos homens. As mulheres brasileiras estão inseridas em uma sociedade machista, patriarcal e sexista. A vulnerabilidade em que vivem é uma triste constatação, pois mesmo nas classes mais altas ainda existe um olhar diferenciado para a mulher como sendo incapaz de produzir como um homem e por isso mesmo quando alcançam determinado patamar recebe menos pela mesma função que um homem. Mas não há como falar sobre feminismo no Brasil, sem falarmos sobre o índice de feminicídio que parece um pesadelo, pois a cada 4 minutos uma mulher sofre alguma violência no Brasil em cada 15 horas uma mulher é assassinada, simplesmente porque é mulher.

“Atualmente, observa-se um alto índice de violência contra as mulheres. O assunto é delicado e de acontecimentos trágicos. Diante de um quadro tão alarmante, faz-se imperativo procedimentos legais mais objetivos e eficazes. O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Feminicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas pra os Direitos Humanos (ACNUDH). De acordo com o levantamento feito pelo Ministério da Saúde, a cada 4 minutos uma mulher é agredida no Brasil, e segundo o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a cada seis minutos, um caso de violência contra a mulher é registrado pelo Ligue 180” Escreveu em sua justificativa. Esses dados são uma realidade desafiadora para que possamos pensar em que lugar de luta cada cidadão deste país está, quem realiza essas violências são os filhos de uma mulher, muitos tem irmãs e também filhas o que leva um homem acreditar que tem a possibilidade de tirar a vida da sua companheira, ou sua ex companheira ou desferir agressões, isso sem falar da violência sexual que atinge uma parcela ainda maior. O Brasil registrou ao menos 78.463 casos de estupro ao longo de 2024, o que resultou em 214 vítimas por dia. Uma média de nove ocorrências por hora, de acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Sinesp). Diante dos números registrados, precisamos pensar o quanto alarmante é esse problema no país. Algumas conquistas foram importantes no combate à violência de gênero, O movimento feminista tem como pilar a luta contra a violência doméstica. A criação da primeira Delegacia da Mulher em 1985 por conta de uma pressão social, para que fossem criados espaços diferenciados para que tivessem acolhimento das suas necessidades em um momento de tanta fragilidade pelas violências sofridas e que fossem atendidas suas demandas específicas que muitas vezes eram coagidas em delegacia comum a não realizar as denúncias. A Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006 é um marco importante na área, mas está muito longe de ser de fato efetivo para que aconteça uma diminuição e um cessar dessas violações. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência de gênero contra a mulher é entendida como problema

de saúde pública, cujos estudos apontam índices entre 20% a 75% desse tipo de agressão. O Brasil foi o 18º país da América Latina a adotar uma legislação para punir agressores de mulheres. As principais lutas do movimento feminista no Brasil são o combate à violência de gênero, especialmente a doméstica, por meio de leis como a Maria da Penha e a do feminicídio; a igualdade de direitos no mercado de trabalho, como equiparação salarial e combate ao assédio; e a ampliação da representatividade política das mulheres. A importância de falar sobre outros marcos nessa revolução das mulheres durante a história brasileira do feminismo, aconteceram durante a Ditadura Militar, o feminismo ganhou contornos de resistência política. Enquanto o mundo vivia a revolução sexual, no Brasil as mulheres lutavam pela anistia e contra a carestia. Nos anos 70, surgiram grupos que pautavam a sexualidade e a violência doméstica, temas antes restritos ao "privado". Um marco jurídico essencial desse período foi a Lei do Divórcio (1977), que permitiu o rompimento legal de casamentos infelizes, e a Constituição de 1988, que estabeleceu, pela primeira vez, a igualdade absoluta entre homens e mulheres perante a lei. Com a redemocratização, o foco deslocou-se para a proteção física e a saúde reprodutiva. Atualmente, vivemos uma fase marcada pelo uso das redes sociais e pela interseccionalidade. Autoras como Djamila Ribeiro trazem para o centro do debate a experiência da mulher negra, evidenciando que raça, classe e gênero são indissociáveis. Movimentos como a "Primavera das Mulheres" (2015) e o "Ele Não" (2018) demonstraram uma capacidade de mobilização em massa contra o retrocesso de direitos, o assédio sexual e a cultura do estupro. Outra autora que fala sobre o interseccionalidade e seu envolvimento no feminismo relata: “Desde o início do meu envolvimento com o movimento de mulheres, fquei incomodada pela insistência das mulheres brancas liberacionistas de que a raça e o sexo eram duas questões separadas. A minha experiência de vida mostrou-me que as duas questões são inseparáveis, que no momento do meu nascimento dois fatores determinaram o meu destino: ter nascido negra e ter nascido mulher”. (HOOKS, 2019, p. 21). A autora fala sobre seu desconforto com o feminismo branco liberal que tratava raça e gênero como questões paralelas ou independentes. Essa visão ignorava as experiências específcas das mulheres negras, que enfrentam um tipo particular de opressão, resultado da combinação entre discriminação racial e de gênero. Por fm atualmente, o desafo central reside em unir a representatividade política à proteção efetiva, compreendendo, como pontuam Djamila Ribeiro e Bell hooks, que a luta não é universal: ela precisa considerar as especifcidades de raça e classe para que nenhuma mulher seja deixada para trás. O feminismo, portanto, não é apenas um registro histórico, mas uma resistência contínua e vital para a saúde pública e a democracia do país.

CONCLUSÃO

No curso do movimento feminista, conforme analisada, revela um panorama de vitórias inegáveis, mas simultaneamente expõe a persistência de estruturas arcaicas de opressão. A conclusão fundamental que se extrai deste estudo é que a conquista do direito formal de "ir e vir" e a ocupação de espaços de poder não foram sufcientes para erradicar a vulnerabilidade ontológica imposta às mulheres. O sistema vigente ainda opera sob uma lógica de objetifcação, onde a integridade feminina é constantemente posta em xeque, independentemente do status social ou econômico da mulher. A transversalidade do machismo demonstra que mesmo as mulheres mais abastadas não estão imunes à diminuição de sua capacidade frente ao gênero masculino, evidenciando que o patriarcado é uma estrutura de poder que precede a classe. A análise aqui proposta reitera que a igualdade substantiva é inalcançável sem a aplicação prévia do princípio da equidade. Enquanto a igualdade foca na universalidade de direitos, a equidade reconhece as assimetrias históricas e biográfcas que impedem a mulher de acessar tais direitos em paridade com o homem. Portanto, a luta feminista contemporânea não deve ser vista apenas como uma busca por direitos idênticos, mas como uma demanda por mecanismos de correção dessas disparidades estruturais que, quando não coibidas, forçam a mulher a um estado de constante alerta ou, no pior dos cenários, de aceitação resig-

nada. No que tange à Quarta Onda do feminismo, observa-se um fenômeno sociológico sem precedentes a dissolução das fronteiras entre o privado e o público através do ciberativismo. A velocidade com que traumas individuais e pautas domésticas são transmutados em debates globais conferiu ao movimento uma capilaridade antes impossível. Embora o termo "ativismo de sofá" seja frequentemente utilizado de forma pejorativa, os dados coletados neste artigo sugerem que o engajamento digital é a nova linha de frente da resistência. A rede mundial de computadores tornou-se um tribunal público e uma rede de apoio que rompe o isolamento das vítimas e pauta, de forma agressiva e necessária, as agendas governamentais. Contudo, a grande encruzilhada do movimento feminista na atualidade reside na transição do simbólico para o institucional. O engajamento digital, por mais potente que seja para a conscientização, carece de perenidade se não for convertido em políticas públicas robustas. O desafio imediato é transformar a "hashtag" em lei, o "cancelamento" em reforma judiciária e o clamor das redes em dotação orçamentária para a proteção da mulher. Em suma, conclui-se que o movimento feminista vive um momento de amadurecimento tecnológico e ideológico. A proteção da integridade física e moral da mulher deve deixar de ser uma pauta reativa para tornar-se um pilar fundamental da democracia moderna. A luta continua, agora munida de ferramentas digitais, mas com o objetivo ancestral de justiça humana integral.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANDES. Brasil registra nove vítimas de estupro por hora em 2024, apontam dados do Ministério da Justiça. Disponível em: www.andes.org.br. Acesso em: 22 out. 2025.

BASTOS, Letícia. Ciberativismo e Feminismo no Brasil. [S. l.: s. n.], [s.d.]. BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. (Original publicado em 1949).

BRASIL. Câmara dos Deputados. Enfrentamento à violência contra a mulher é tema em todas as edições do PJB. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Dados do Sinesp 2024. Brasília, DF: MJSP, 2024.

GARCIA, C. C. Breve história do feminismo. São Paulo: Claridade, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, Bell. E eu não sou uma mulher? mulheres negras e o feminismo. Tradução de Bhuvi Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KELLER, F. S. Mulheres analistas do comportamento no Brasil (passado e presente). Psicologia: Teoria e Pesquisa, [s. l.], 1988.

LORDE, Audre. Irmã outsider: ensaios e conferências. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? Revista Sociologia e Política, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/.

MATOS, Marlise. Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2014.

NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH). Ranking Mundial de Feminicídio. [S. l.]: ONU, [s.d.].

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

(OMS). Relatórios sobre Violência de Gênero. Genebra: OMS, [s.d.].

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Tradução de Sandra Mastrangelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, Célia Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRIORE, Mary del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.